

**RESOLUÇÃO Nº 39/2020**  
(Publicada no Diário Oficial de 01/10/2020)

Alterada e Ratificada pela Resolução nº 47/20.

Ver Resolução nº 84/22 DOE de 22/07/22, que revogou os §§ 1º e 2º da Resolução nº 47/20.

**Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à NOVA  
TECELAGEM E FIAÇÃO OESTE S/A.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, e alterações e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2019.0003553-87,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder, *ad referendum* do Plenário, à NOVA TECELAGEM E FIAÇÃO OESTE S/A., CNPJ nº 35.643.173/0001-02 e IE nº 163.603.111NO, instalada no município de Luís Eduardo Magalhães, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fios open end, contado a partir de 25 de setembro de 2020 até 31 de dezembro de 2032.

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos e embalagens destinados a tecelagem de fios de algodão, com base na alínea “b”, inciso I e alínea “a”, inciso 111 do art. 2º e inciso V do art. 3º do Decreto nº 6.734/97 e alterações, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos da sua industrialização.

§ 1º Revogado;

**Nota:** O § 1º foi revogado pela Resolução nº 84 de 05/07/22, DOE de 22/07/22, efeitos a partir de 22/07/22.

**Redação anterior dada ao parágrafo único tendo sido renumerado para § 1º pela Resolução nº 47 de 06/10/2020, DOE de 10/10/2020, mantida a sua redação, efeitos a partir de 10/10/2020:**

“§ 1º A empresa poderá utilizar os benefícios nas saídas dos produtos industrializados fora dos limites do território deste Estado, com base no art. 1º § 16, do Decreto nº 6.734/97 pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.”

§ 2º Revogado.

**Nota:** O § 2º foi revogado pela Resolução nº 84 de 05/07/22, DOE de 22/07/22, efeitos a partir de 22/07/22.

**Redação anterior dada ao § 2º tendo sido acrescentado ao art. 1º pela Resolução nº 47 de 06/10/2020, DOE de 10/10/2020, efeitos a partir de 10/10/2020:**

“§ 2º A empresa poderá utilizar o crédito presumido nas operações de remessa interna e interestadual, com base no art. 1º § 12, do Decreto nº 6.734/97.”

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 29 de setembro de 2020.

**JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO**  
Presidente